

O Tempo como Construção Social

Vinicius Emanuel Rodrigues¹

Resumo: Entender a realidade vivida faz parte dos esforços de todos os indivíduos das diversas sociedades. Para tanto, empregam-se métodos e esforços com o objetivo de dar um sentido para a existência e para o mundo tal como se apresenta. Pensar o tempo envolve tais esforços. O problema se torna mais complexo, no entanto, quando nos damos conta de que tratamos com algo impalpável, abstrato o suficiente para tornar suas explicações as mais variáveis possíveis.

Dentre todos os âmbitos do conhecimento humano, o tempo vem sendo pensado e explicado sobretudo a partir dos campos da filosofia e da física. Ambos, no entanto, apresentam características excludentes entre si. Ao ser pensado sob o olhar da física, o tempo recebe características exclusivamente naturais, científicas, pois é abordado sob o estatuto da experiência. Em contrapartida, quando pensado sob o olhar da filosofia, o tempo se apresenta apenas como uma realidade psicológica, metafísica e, em muitos casos, introspectiva.

O que queremos mostrar, fundamentados no pensamento de Norbert Elias, é que o tempo não pode ser visto como um elemento filosófico ou físico meramente, mas que é resultado de um processo de evolução social em que, no estágio que se encontra, só poderia ser alcançado em uma sociedade extremamente complexa. Em outras palavras, o tempo deve ser entendido a partir do agregado de conhecimentos que se produziu socialmente sobre ele, portanto, como socialmente construído.

No intuito de alcançar o objetivo de mostrar a relação entre tempo, natureza e sociedade, abordaremos o tempo ocidental e a sociedade industrial, mostrando como se dá o avanço das perspectivas do progresso no processo histórico, e como esta ideia de progresso é superada a partir de esperanças não alcançadas. Esta análise nos permitirá perceber como a ideia de tempo se transforma e se torna um elemento do maior grau de síntese que se possa pensar na contemporaneidade. Cremos que, apenas pensado dessa maneira, poderemos compreender que o tempo não é apenas um dado de localização na duração, mas também um elemento decorrente da própria experiência vivida nos âmbitos natural, psicológico e social.

Palavras-chaves: tempo, evolução social, construção social.

Há uma pergunta que continua à espera de resposta: como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? Uma 'hora' é algo de invisível.²

Norbert Elias

A pergunta formulada por Elias em sua obra “Sobre o Tempo” remete-nos à reflexão a respeito desse fator tão importante e tão presente em todas as sociedades que existiram e as que ainda se fazem representar neste planeta: o fator tempo. De uma forma ou de outra percebemos que todas as sociedades sentiram-se influenciadas por uma visão a respeito da temporalidade, de como o tempo, que em muitos momentos é equiparado à própria vida, passa, e sua influência em diversos aspectos da existência humana como o espaço, a natureza e as cosmogonias.

Uma teoria sobre o tempo é uma teoria que perpassa os limites da própria História, posto que abrange inúmeros aspectos da vida social. Pensar o tempo é pensar de forma interdisciplinar, pois, socialmente, tempo pode ser entendido a partir da vida humana e sua relação com a natureza (ciências biológicas e naturais), através dos movimentos dos corpos celestes e suas quantificações (ciências físicas e exatas), também a partir do ser humano vivendo e se relacionando em sociedade (ciências humanas e sociais), entre outros. Essa gama de aspectos que compõem a reflexão sobre o tempo, apontando para uma totalidade da compreensão do mesmo, antagonicamente, nos conduz para a impossibilidade de se chegar a um consenso ou uma definição categórica para a questão. O tempo, portanto, compõe-se, de um ponto de vista científico, da soma das várias visões que se tem do mesmo, sendo, na nossa forma de ver, impossível a construção de uma teoria generalizante sobre o assunto. Uma coisa, no entanto, é possível: elaborar perguntas que nos levem a respostas ou tentativas de respostas que se configurem como teorias sobre o tempo nas diversas áreas do conhecimento. Cabe-nos, enquanto pesquisadores, direcionarmos nossa pesquisa para a área que nos interessa, embora isso não signifique deixar de lado o auxílio das demais áreas, a interdisciplinaridade.

O grande problema que se coloca frente a esta reflexão é justamente o que Elias nos aponta: a imaterialidade do tempo. Este caráter abstrato dá vazão para que o tempo seja pensado a partir de diversos prismas; a própria frase que elencamos do autor direciona para um aspecto que ele selecionou quando pensou a temporalidade: a questão da contagem do tempo a partir do tempo do relógio. “Uma 'hora' é algo de invisível”, é uma tentativa de mostrar a dificuldade de se pensar e teorizar a questão temporal, embora com este exemplo Elias não queira desprezar outros aspectos pelos quais o tempo possa ser apreendido, que não apenas o tempo do relógio; este, se comparado à história da humanidade é um método bem recente de representação da temporalidade.

Isto posto, esclarecemos que não buscamos a totalidade da compreensão do tempo nas inúmeras áreas possíveis que possa ser abordado, mesmo porque esta não é a característica das ciências na atualidade, que primam pelas especificidades como método cognitivo, reconhecendo os limites e capacidades de cada área do conhecimento. Ao falarmos do tempo, também não queremos comparar sistemas filosóficos sobre a temática, mas abordá-lo sob a ótica de comportamento social influenciado por uma postura intelectual perante a realidade, posturas que influenciam as práticas sociais que envolvem a vida do grupo e do indivíduo a ele pertencente.

A direção tomada para esta reflexão fundamenta-se, conforme se percebe, nas ciências humanas e sociais. Buscamos uma teoria para o tempo dentro dos limites da história social, com o olhar voltado especialmente para as sociedades ocidentais e suas compreensões sobre a temporalidade. Apontar esta análise como um estudo sobre o Ocidente não quer dizer que neste lado do mundo não existam diferenças – mesmo dentro de um único território há diferenças, como por exemplo, a visão de tempo cíclico das tribos nativas que existiam no

território brasileiro antes e mesmo depois da conquista pelos europeus, estes cujo tempo é linear e teleológico – mas que houve uma tendência maior, com a dominação europeia, de se adotar a visão de mundo dos conquistadores, uma visão judaico-cristã que, por sua vez, é teleológica e que se torna fragmentada no século XX.

A ação de contar o tempo é tão antiga quanto o aparecimento dos primeiros grupos sociais, surgindo na sociedade a partir da necessidade humana de se situar no meio em que vive. Desde as visões de mundo mais simples, compostas apenas pelo pequeno povoado e imediações dos seres humanos mais antigos, até nossa consciência global e universal de mundo, a temporalidade apresenta-se como fundamental na tentativa de se entender os fenômenos, o meio e até mesmo de entender a nós mesmos. Estes aspectos compõem a tríade tempo-espaco-matéria que, segundo entendemos, complementam-se na tentativa da compreensão do tempo pelas pessoas de todas as sociedades. Segundo José Leite Lopes: “Tempo, espaço e matéria são, pois, ideias que penetram o nosso conhecimento das coisas, desde o mais primitivo, e que evoluíram através de especulações filosóficas até as modernas investigações científicas que as integraram em um nível mais profundo de síntese, uma unificação que levou milênios para ser atingida”³. A tentativa de, se não explicar, ao menos significar a existência social perante os fenômenos naturais e sociais permitiu as construções de temporalidades desde os mais antigos que se tem notícia. Isto explica o tempo e sua relação com o espaço, dando vazão também a cosmogonias que envolvem seres superiores, deuses, seres fantásticos e que, de certa forma, também serviram de estrutura para a formação das religiões e dos núcleos sociais.

O tempo está tão relacionado à vida dos seres humanos que, ao construírem suas ideias acerca do mesmo, muitas vezes fazem-no inconscientemente, não concebendo claramente sobre o que de fato estão pensando quando a ele se referem, que é sua própria vida e existência perante a sociedade. Segundo Norbert Elias, “muitos não conseguem impedir-se de ter a impressão de que é o próprio tempo que passa, quando, na realidade, o sentimento de passagem refere-se ao curso de sua própria vida”⁴, impressão que, para os grupos sociais que veem o tempo como um dado natural, não conseguem diferenciar outras formas de estar no mundo, que não a sua própria concepção de temporalidade.

Nas sociedades modernas, embora tomando outras conotações, o tempo tem a função também de significar e situar o ser humano no meio em que vive. Nosso esforço é apresentar o tempo a partir do social, abordando-o como objeto cognitivo e de significação das sociedades. Para tanto, tomaremos como instrumento o tempo como realidade filosófica. Elias classifica este modelo de explicação como “tradicionais tentativas que visam resolver o problema no plano filosófico”⁵, tentativas que, para nós, interessa como forma de comparação para se entender o tempo como construção social, que é a proposta deste artigo. Não desprezamos porém a importância da visão filosófica, colocamo-la como uma alternativa cognitiva, que tem importância instrumental para uma visão temporal sob o prisma da história social.

Há, segundo Elias, duas grandes tentativas de se compreender o tempo do lugar da filosofia a partir da era moderna. A primeira delas, com forte influência newtoniana, compreende o tempo a partir de concepções objetivistas: “Alguns sustentavam que o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado, e que não se distingue, por seu modo de ser, dos demais objetos da natureza, exceto justamente por não ser perceptível”⁶. Esta visão está imbricada de concepções com raízes medievais acerca da temporalidade, compreendendo sua existência a partir de um marco inicial que é a criação do mundo e, concomitantemente, a criação do tempo por um ser superior, o que pressupõe que o tempo teve um início único, portanto, objetivo e perfeitamente compreensível.

A segunda tentativa encontra em Kant sua maior autoridade que é a concepção do tempo como um dado *a priori*, uma “forma inata de experiência [...] não modificável da

natureza humana”. Para Elias, esta segunda tentativa mostra o tempo como “uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam na particularidade da consciência humana, ou, conforme o caso, da razão ou do espírito humanos, e que, como tal, precede qualquer experiência humana”⁷. A grande diferença em relação à primeira concepção é que a segunda vê o tempo não como um dado independente da realidade humana, mas como uma representação “subjativa”, alicerçada na natureza humana.

Compreendemos os saberes humanos a partir da visão da história como processo; as sociedades produzem conhecimentos que se modificam com sua evolução⁸. A própria concepção de tempo, como construção social – visão que adotamos como fundamental para esta reflexão – também sofre influências do processo histórico, sendo modificada, mas sempre com o olhar voltado para as rupturas e permanências. Assim, é inegável que a construção temporal da modernidade do ponto de vista social também influencia e é influenciada pelo aspecto filosófico. Compreender o tempo como construção social, implica dizer que cada sociedade ou grupo constrói sua forma de interpretar a duração em que vive. Esta afirmação revela a síntese das concepções filosóficas e sociais de tempo que apontamos, pois implica uma ótica subjativa de tempo, posto que cada sociedade e, mesmo, cada grupo dentro desta sociedade constrói sua visão, tornando-se esta diferenciada das outras, particular, e, ao mesmo tempo, uma visão que respeita os limites do grupo ou sociedade que a forja. Elias destaca:

[...] nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem, que não teve começo na histórica da humanidade. Todo indivíduo, por maior que seja sua contribuição criadora, constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar. E isso não é diferente no que concerne ao conhecimento do tempo.”⁹

Pensar a temporalidade, assim, não é um dado novo para quem quer que seja, pois esta já vem sendo pensada e significada desde o início das primeiras sociedades humanas. Pensar o tempo é debruçar-se diante do que conhecemos anteriormente, juntá-lo a nossos valores e cosmogonias e às questões objetivas que se colocam na vivência social de cada indivíduo, sendo possível, apenas quando compreendemos o processo cognitivo a partir de uma “teoria do saber humano ligada à evolução observável desse saber”¹⁰, o que significa compreender o saber humano como socialmente construído. Pensar o tempo é uma característica tão peculiar e fundamental das sociedades – ainda que de formas distintas umas das outras – que um mundo privado de homens ou seres com a mesma capacidade intelectual, seria um mundo privado de tempo, onde não encontraríamos relógios, calendários, ou construções do gênero.

Há uma diversidade muito grande de construções e concepções temporais como há em números os grupos e sociedades que se distinguem uns dos outros. Assim, compreendemos o tempo também como “representação” do grupo social que o forja. Olhemos para o Ocidente, especialmente para a sociedade industrial, e encontraremos uma forma muito difusa de se conceber e contar o tempo. O tempo do Ocidente, dentre outras formas de representações menos expressivas, pode ser visto como o tempo do relógio, o tempo cronometrado que, como tal, exerce uma função quando pensado socialmente:

Sabe-se que os relógios exercem na sociedade a mesma função que os fenômenos naturais – a de meios de orientação para homens inseridos numa sucessão de processos sociais e físicos. Simultaneamente, sevem-lhes, de múltiplas maneiras, para harmonizar os comportamentos de uns para com os outros, assim como para adaptá-los a fenômenos naturais, ou seja, não elaborados pelo homem.¹¹

Além de situar o indivíduo nos eventos naturais, o tempo do relógio ajuda-o a se organizar perante o meio em que vive. É por meio dele que se convencionam os horários de entrada e saída do trabalho, os horários dos encontros, dos cultos, de lazer, a duração das atividades, entre outros. A rigor, o tempo do relógio para as sociedades ocidentais industriais, configurou-se com o passar dos anos, como uma construção essencial para a sobrevivência, tornando-se uma representação de tempo muito eficaz para o meio em que se concretizou, isto

é, o meio capitalista.

Entre os principais aspectos, o tempo apresenta-se socialmente como regulador, pois estabelece os tempos das tarefas, dos eventos; é também cognitivo, pois por meio dele sabemos em que época estamos, quantos anos temos, quantos anos se passaram de determinado evento ou referência, o que determinada época significa para nós e o que significa para o próprio curso da história. O tempo, assim, é uma “instituição”¹² que acompanha a sociedade, de forma que o indivíduo não forja seu tempo sozinho, mas dentro de um contexto, respeitando uma visão de mundo que aprende desde o nascimento até sua morte; o tempo é uma “instituição reguladora”.

Pensar o tempo como construção social, atribuindo-lhe a característica de instituição capaz de transformar as visões de mundo dos indivíduos, conforme nos apresenta Norbert Elias, faz-nos cair em um problema capital para a concepção temporal do Ocidente, especialmente das sociedades industriais: o problema da serialidade do tempo¹³; este nos remete para a questão da irreversibilidade do tempo, apontando para uma visão de mundo linear e teleológica do desenvolvimento das sociedades. Tal como nos aponta a ideia predominante sobre o tempo no Ocidente, o presente só é possível e significável quando pensado a partir do passado e como efeito deste. Do ponto de vista epistemológico¹⁴ da história, a serialidade temporal traz consigo o problema da compreensão das simultaneidades, pois é insatisfatório para compreender os vários “agoras” que compõem a vida social.

A ideia de serialidade ajuda-nos a explicar a perspectiva social e evolutiva que toma conta do ocidente, principalmente a partir do fim do século XVIII e início do XIX: a perspectiva do “progresso”. Sob este pretexto, o ocidente se sobrepôs às sociedades ditas “primitivas” ou “atrasadas”, instaurando um verdadeiro “processo civilizador” – de que Elias trata brilhantemente¹⁵ – que culminou com o desmantelamento e, mesmo, a extinção de diversos grupos sociais, bem como suas visões de mundo. As visões do tempo, enquanto representações que são, produzem nos indivíduos e nas sociedades práticas sociais que as caracterizam, sua posição, suas formas de ser e de estar no mundo. Tais representações também justificam sentimentos de superioridade e concepções de verdade que, atreladas, provocam fenômenos que, por vezes, são notadamente expressões de relações de forças perante grupos diferentes. Segundo Roger Chartier, o conceito de “representação”

[...] permite articular três modalidades de relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas, graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.¹⁶

Assim, embora cada representação do mundo aspire à universalidade, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam¹⁷. O tempo serial progressista que ganha força nos séculos XVIII e XIX proporcionou a sobreposição do mundo europeu civilizado sobre os dominados, cuja justificativa foi levar um “novo tempo”, o tempo do progresso e da técnica que conduziriam o mundo a um estágio teleológico desenvolvimentista, um estágio de bem-estar social pleno, com a pretensa ausência de contradições e conflitos que estavam contidas nas aspirações mais profundas do pensamento ocidental.

Sobre esta questão, a análise de François Hartog é especialmente esclarecedora. O tempo no ocidente industrializado envolve-se de uma autonomia surpreendente, ditando os rumos que o mundo deveria tomar a fim de alcançar um estado de bem-estar supremo. A noção de tempo reduz a ideia de história à ideia de progresso, homogeneizando-as:

A partir do século XVIII, a Europa faz a experiência de uma temporalização da história: a ideia de progresso vem somar-se aquela da história concebida como

processo, como auto-compreensão do tempo. [...] tempo não é mais somente o quadro daquilo que acontece, as coisas não acontecem mais no tempo, mas *graças* a ele: ele se transforma em ator.¹⁸

Ao tempo cabe o atributo de “ator” social, uma força que conduziria a história à finalidade teleológica do progresso social na busca de um mundo sem contradições. Nessa história fatídica, o futuro tornara-se fundamental para os rumos que as sociedades tomariam; nas palavras de Hartog, é dele que “vem a luz que torna inteligível o presente mas também o passado; é em direção a ele que é necessário caminhar”¹⁹.

Embora predominante no século XIX e em grande parte do século XX, o tempo do progresso: esta força suprema que conduziria a humanidade à harmonia e bem-estar, também sofreu resistências, inclusive no seio do próprio oitocentos. As crises subsequentes que caracterizam o sistema econômico capitalista seriam uma das causas de seu questionamento²⁰. A teoria econômica aponta para a existência de uma economia composta de crises e momentos de estabilidade. No seio social isto significa momentos desfavoráveis ao bem estar das pessoas, posto que neste modelo econômico todas as esferas estão interligadas, de forma que, quando um elemento entra em crise, toda a sociedade entra. Esta concepção cíclica da economia (períodos de estabilidade seguidos de momentos de instabilidade) é transportada para a sociedade, de forma que em muitos aspectos a ideia de progresso passa a ser questionada por diversos setores sociais.

Além dos problemas econômicos, o século XX passa a questionar mais veementemente o tempo do progresso quando a sociedade se dá conta do fracasso que esta ideia sofreu, bem como quando se focaliza os prejuízos causados por tal visão, dentre outras, nas esferas social e ambiental. Segundo Bosi:

É vivo [...] o sentimento de que o progressismo atravessa hoje uma de suas crises mais traumáticas. [...] Parece-me que ela resulta de frustrações na medida em que o avanço tecnológico, além de ter acarretado prejuízos terríveis à natureza, por si mesmo não curou as feridas de miséria do Terceiro e Quarto mundo nem humanizou o convívio entre os povos em pleno fim deste milênio.²¹

“Tempo do progresso” e seu equivalente “tempo da técnica” trouxeram diversos benefícios para a sociedade, mas na maioria dos casos estes benefícios se direcionaram predominantemente para uma parcela muito pequena da população, deixando a grande maioria à margem. Criou-se no seio das sociedades ocidentais uma expectativa demasiada sobre o progresso que, quando desapontada, refletiu-se em crise e questionamentos a esta ideia. Em outras palavras, o tempo do progresso não trouxe a equidade econômica e social, bem como a equidade em relação aos benefícios tecnológicos que se esperava dele. Má distribuição de renda, fome e doenças são apenas alguns dos efeitos danosos que refletem sua crise.

Por tudo o que apresenta observamos que a própria ideia de progresso criou elementos para seu questionamento. Na expectativa de se tornar um tempo absoluto, englobante, capaz de abarcar toda a humanidade debaixo de si, o tempo do progresso enquanto construção social do ocidente fracassou. A própria ciência produtora da técnica, característica fundamental do progresso, criou condições objetivas que em dado momento, tornou-se ferramenta importante para a desconstrução da hegemonia da temporalidade do progresso. Personagem capital desta contradição, Albert Einstein trouxe grande contribuição no campo das ciências, derrubando concepções temporais que se arrastavam desde Newton²². A ideia de tempo absoluto deixou de ser vista como tal, passando a ser postulada a partir da ideia de um “referencial”, isto é, o tempo flui relativamente diferente de acordo com o referencial adotado.

Historicamente sabemos que os eventos não são isolados, de forma que as ideias de Einstein – sem desmerecer sua capacidade intelectual – são resultado de situações objetivas que a sociedade o proporcionou; ele, por sua vez, contribuiu para a construção de uma nova concepção de temporalidade para o século XX, contribuindo inclusive para a crise da ideia de

tempo progressista. O questionamento ao “tempo absoluto” newtoniano a partir da noção de “tempo relativo”, quando transportada para a sociedade foi importante ferramenta para questionar o tempo do progresso visto como homogeneizador e agente supremo da história, dando vazão a novas concepções de temporalidade que refletiram a crise do progresso pregado e levado a cabo pelo projeto civilizador dos dominadores ocidentais.

No âmbito das ciências: as teorias da relatividade que tiveram em Einstein seu representante mais ilustre; no âmbito social: as expectativas não cumpridas de extinção da miséria e das doenças; no âmbito econômico: o sonho da estabilidade que constantemente vem sendo abalado pelas crises. Estes são aspectos trabalhados neste artigo, dentre inúmeros outros que poderiam ser elencados a partir da ótica da história da sociedade, que manifestam o fracasso da ideia de progresso e da visão fatídica do tempo progressista.

Do ponto de vista da reflexão sobre o tempo, interessa-nos aqui, observá-lo como um elemento presente na vida dos indivíduos, imergido nas próprias sociedades que se constituíram ao longo da história. À parte do julgamento de valor que, consciente ou inconscientemente fazemos em nossas análises – fizemos isso aqui ao falar do progresso – compreender a ideia de tempo é, invariavelmente, compreender uma construção socialmente estabelecida, mesmo que sob o prisma da filosofia, da física ou da matemática, pois estas também fazem parte do conhecimento acumulado ao longo do processo histórico.

Compreender o tempo significa entendê-lo como convenção social empreendida no sentido de significar uma dada realidade da experiência de vida de cada indivíduo; significa entendê-lo como representação da realidade, sendo possível, portanto, conceber a existência de outras formas de representação. Compreender o tempo é, enquanto significação, entender a si mesmo e à realidade em que vive e, enquanto localização, melhor se situar cronologicamente, no espaço e no mundo.

Referencias Bibliográficas

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V. 1E 2.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In GUIMARÃES, Manoel L. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

LACEY, Hugh M. *A linguagem do tempo e do espaço*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LOPES, José Leite. Tempo = Espaço = Matéria. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina
viniciusemanuel@hotmail.com

² ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 7

³ LOPES, José Leite. Tempo = Espaço = Matéria. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 167.

⁴ ELIAS, Norbert. Op. Cit. p. 22.

⁵ Id. Ibid. p. 9.

⁶ Id.

⁷ Id.

⁸ O conceito de “evolução” aqui empregado deve ser entendido fora dos juízos de valor que se fazem sobre este e que permearam o seu emprego nos séculos XVIII e XIX, que incluem uma visão voltada para o ideal de progresso, na acepção mais etnocêntrica e determinista do termo. Ao contrário, neste trabalho o conceito é entendido a partir de uma “abordagem sociológica evolucionista que tome por regra a simples evidência dos fatos, quer ela ateste um progresso ou um retrocesso”, em outras palavras, é como se desenvolve a dinâmica de uma sociedade. (Id. Ibid. p. 75)

⁹ Id. Ibid. p. 10.

¹⁰ Id.

¹¹ Id. Ibid. p. 8.

¹² Id. Ibid. p. 15.

¹³ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 20, para uma análise da questão da serialidade do tempo do ocidente.

¹⁴ Entendemos epistemologia como a própria historiografia, isto é, o processo empreendido na escrita da história, levando sempre em consideração um ou vários referenciais teórico-metodológicos.

¹⁵ Sobre o tema, ver: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

¹⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 23.

¹⁷ Id. Ibid. p. 17.

¹⁸ HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel L. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 16.

¹⁹ Id.

²⁰ Id. Ibid. p. 17.

²¹ BOSI, Alfredo. Op. Cit. p. 22.

²² LOPES, José Leite. Op. Cit. p. 172-173.